



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CARTA CONTRATO Nº 11/2021

CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 11/2021

PROCESSO ELETRÔNICO N. 0002674-54.2021.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, PARA LOCAÇÃO CONTAINER MARÍTIMO PARA GUARDA DE MATERIAIS PERMANENTES SOB RESPONSABILIDADE DA SEÇÃO DE PATRIMÔNIO DO TRE - RO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO**.

CONTRATADA: Empresa **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ 01.905.016/0001-06, com sede na Rua João Goulart, nº 2483, Bairro São Cristóvão, CEP: 76.804-050, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3224-5691/9930-4197, E-mail(s): administrativo@loc-maq.com , neste ato representada por **HENRIQUE DE HOLANDA CAVALCANTI**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 100.471.754/IFPRJ e CPF 599.700.812-68 , doravante denominada simplesmente **LOCADORA**.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE/RO 004/2008, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços 01/2021/SEPAT (evento [0731181](#)).

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO Nº 1172/2021 - PRES/DG/GABDG, de 02/09/2021 (evento [0734306](#)).

DO OBJETO

(Artigo 55, I, IV e XI da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente Carta-contrato tem como objeto a locação de Container marítimo para guarda de materiais permanentes sob responsabilidade da Seção de Patrimônio do TRE - RO, conforme segue:

Item	Especificação	Quantidade de container
01	Locação de CONTAINER MARÍTIMO montado para utilização como depósito seco. Especificações: Com área de ventilação (janela, claraboia), com dimensões mínimas de 6,00m x 2,30m x 2,50m (Comprimento x Largura x Altura). Prazo de locação: 3 (três) meses, e a instalação deverá ocorrer em até 03 (três) dias após a assinatura do contrato.	08
02	Complemento de locação: Serviço de mobilização e desmobilização.	08

Subcláusula Primeira – Quanto ao local de entrega (montagem), todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 11h às 18h, na Seção de Patrimônio no Edifício Anexo III do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Rogério Weber, s/n, bairro Baixa da União, CEP: 76.805-859, telefone para agendamento: (069) 3211-2013.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens objeto desta contratação (VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO).

Subcláusula Terceira – Independentemente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a proposta da contratada, a Cotação de Preços, e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação, são partes integrantes desta Carta-Contrato.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO
DO OBJETO**

(Artigo 55, I e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA- Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos no ITEM 2 do Projeto Básico, a seguir resumido:

1. Prazo de vigência: 4 (quatro) meses a contar da data de assinatura;
2. Prazo da locação: 3 (três) meses, o material deverá ser entregue no local indicado pela Contratante em até três dias úteis após a assinatura do contrato, podendo ser retirado antes, ou reduzida a quantidade estimada, em período inferior ao informado; e
3. A Administração não se obriga a contratar a totalidade de equipamentos informados no objeto.

Subcláusula Primeira – A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, do qual o gestor do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório que tem apenas valor quantitativo, e que não tem valor de aceitação definitiva.

Subcláusula Segunda - Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos materiais entregues e dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços prestados, que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no Projeto Básico, o qual emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

Subcláusula Terceira - No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que discorrerá de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço total.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, *caput*, e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de vigência desta Carta-Contrato será de 04 (quatro) meses, contados da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA - O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais)**, conforme proposta da contratada, a seguir resumida:

Item	Especificação	Quantidade de container	Valor unitário mensal	Valor total
1	Locação de CONTAINER MARÍTIMO montado para utilização como depósito seco. Especificações: Com área de ventilação (janela, claraboia), com dimensões mínimas de 6,00m x 2,30m x 2,50m (Comprimento x Largura x Altura). Prazo de locação: 3 (três) meses, e a instalação deverá ocorrer em até 03 (três) dias após a assinatura do contrato.	08	R\$ 550,00	R\$ 13.200,00
2	Complemento de locação: Serviço de mobilização e desmobilização	08	R\$ 550,00	R\$ 4.400,00
TOTAL				R\$ 17.600,00

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da LOCADORA.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme quadro resumo abaixo, sendo custeada no ano de 2021 por meio da Nota de Empenho n. 2021NE000327, de 08/09/2021 (evento [0736576](#)), Natureza da Despesa 339039:

- EXERCÍCIO - 2021
- Categoria: Locação de imóvel/galpão, para guarda dos bens patrimoniais
- Orçamento Ordinário 2021
- Plano Interno: IEF LOCIMO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – O pagamento do objeto da presente Carta-Contrato será efetuado à LOCADORA pelo LOCATÁRIO mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, com atesto no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Patrimônio do TRE-RO.

Subcláusula Primeira - No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho e CNJ.

Subcláusula Segunda – Nenhum pagamento será efetuado à LOCADORA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Terceira – Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência.

Subcláusula Quarta - Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a LOCADORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o LOCATÁRIO.

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta - O LOCATÁRIO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela LOCADORA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Sétima - Verificada desconformidade da fatura com os serviços prestados ou com os termos contratuais, o gestor poderá deixar de atestar a nota fiscal, devendo notificar a LOCADORA a adotar providências no sentido de regularizar a situação, fixando prazo razoável para a solução.

Subcláusula Oitava – No caso de irregularidade fiscal, poderá a LOCADORA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima do LOCATÁRIO, acompanhada das devidas justificativas.

Subcláusula Nona - Poderá o gestor sugerir o pagamento da nota fiscal com retenção dos valores relativos a essas obrigações, devendo fundamentar o ato.

Subcláusula Décima - Caso a LOCADORA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

Subcláusula Décima Primeira - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a LOCADORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo LOCATÁRIO, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima Segunda - A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência dos fatos.

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações do LOCATÁRIO:

1. Cumprir e zelar pelo cumprimento das condições, valores e prazos estabelecidos nesta Carta-Contrato;
2. Promover, por intermédio do Fiscal, o acompanhamento e a fiscalização da locação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Carta-Contrato, registrando os problemas e comunicando à LOCADORA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte deste;
3. Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do Projeto Básico e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE-RO. Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN n. 04/2011 do TRE-RO.;
4. Controlar a execução financeira da Carta-Contrato dentro dos limites estabelecidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Comunicar-se com a LOCADORA por meio de correspondência oficial, inclusive alertando-a acerca da proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
6. Efetuar o pagamento à LOCADORA, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela LOCADORA;
8. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da LOCADORA:

1. Cumprir as obrigações estabelecidas nesta contratação, nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e em seus anexos;
2. Entregar os materiais em até três dias úteis após a assinatura do contrato, observando as seguintes regras:
 - a) O material solicitado deverá ser entregue no endereço indicado no Projeto Básico.
 - b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Patrimônio do TER-RO.
3. Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;
4. Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição, observando que:
 - a) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o CONTRATANTE se reservará no direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da CONTRATADA.

5. - Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos, observando que:

a) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

6. Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e também na Justiça do Trabalho e no Conselho Nacional de Justiça;

7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado desta Carta-Contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas à acordo entre as partes;

9. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do LOCATÁRIO, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

10. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor da Carta-Contrato para adimplemento de obrigação contratual;

11. Enviar ao LOCATÁRIO a documentação necessária ao pagamento desta contratação, nos moldes estabelecidos neste instrumento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
13. Não contratar empregados ou admitir em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
14. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta Contratação serão realizadas pelo titular da Seção de Patrimônio - SEPAT, ou por seu respectivo substituto, ao qual compete, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008.

Subcláusula Primeira – A atuação ou a eventual omissão da Gestão e da Fiscalização durante a execução da Carta-Contrato não poderá ser invocada para eximir a LOCADORA da responsabilidade pelo seu cumprimento;

Subcláusula Segunda – A LOCADORA poderá indicar um representante para representá-lo na execução do objeto deste instrumento.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A inexecução total ou parcial deste objeto ou o descumprimento injustificado das obrigações previstas no presente instrumento sujeita a LOCADORA, garantida prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) advertência;
- b) multa sobre o valor do contrato e fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas no Projeto Básico, de até 30% (trinta por cento);
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este Tribunal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Primeira - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Segunda - As sanções estabelecidas neste instrumento poderão ser aplicadas à LOCADORA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Projeto Básico, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

Subcláusula Terceira - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primário à LOCADORA e desde que presentes os requisitos definidos na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Quarta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar, de imediato, penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta – O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

Subcláusula Sexta - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à LOCADORA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do LOCATÁRIO.

Subcláusula Sétima – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à LOCADORA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Oitava - Quando o valor do pagamento a que fizer jus a LOCADORA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela LOCADORA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Nona – De igual modo, caso a LOCADORA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela LOCADORA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Primeira – Caso a LOCADORA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Segunda - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Terceira - As multas previstas nesta seção não eximem a LOCADORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração LOCATÁRIO ou a terceiros, sendo que os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Décima Quarta - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Quinta - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A presente contratação poderá ser rescindida:

I) Por ato unilateral e escrito do LOCATÁRIO, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, desde que haja conveniência da LOCADORA;

III - Judicialmente, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Primeira - O LOCATÁRIO poderá rescindir esta contratação, sem qualquer ônus para si, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à LOCADORA, sujeitando a LOCADORA, a exclusivo juízo do LOCATÁRIO, à indenização dos prejuízos que resultarem desse descumprimento, incluindo a execução dos valores das multas e indenizações devidas ao LOCATÁRIO, bem como a retenção dos créditos decorrentes da Carta-Contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Segunda - Também constitui motivo para a rescisão da Carta-Contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia, com exceção das previstas nos incisos IX e X.

Subcláusula Terceira - Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que ausente a culpa da LOCADORA, o LOCATÁRIO a ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à LOCADORA ou por via postal, com aviso de recebimento.

Subcláusula Quinta – Constitui, também, causa de rescisão contratual a admissão de sócios ou a contratação, pela LOCADORA, na vigência desta Carta-Contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005).

Subcláusula Sexta – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Sétima - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pelo LOCATÁRIO ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor da contratação poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à LOCADORA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A LOCADORA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da carta-contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral desta Carta-Contrato que aumente os encargos da LOCADORA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Não há previsão de reajuste para esta contratação.

Subcláusula Sétima – A LOCADORA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O LOCATÁRIO providenciará a publicação resumida do presente instrumento desta Carta-Contrato e, se for



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – À execução desta Carta-Contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão as Leis e normas indicadas no início deste instrumento (Legislação aplicável e fundamento legal) e, subsidiariamente, os demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de suas transcrições.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem LOCATÁRIO e LOCADORA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que segue assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 08 de setembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo LOCATÁRIO	HENRIQUE DE HOLANDA CAVALCANTI Pela empresa LOCADORA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/09/2021, às 12:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE DE HOLANDA CAVALCANTI, Usuário Externo**, em 10/09/2021, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/09/2021, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 10/09/2021, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002674-54.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Patrimônio - SEPAT

ASSUNTO: **Dispensa de Licitação** – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de CONTAINER MARÍTIMO para guarda de materiais permanentes sob responsabilidade da Seção de Patrimônio do TRE - RO. **Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 128 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio – SEPAT ([0725843](#)), objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de CONTAINER MARÍTIMO montado, para utilização como depósito seco para guarda de materiais permanentes sob responsabilidade da Seção de Patrimônio do TRE - RO, com as seguintes especificações: área de ventilação (janela, claraboia), com dimensões mínimas de 6,00m x 2,30m x 2,50m (Comprimento x Largura x Altura). Na locação inclui-se o serviço de mobilização e desmobilização.

02. A Solicitação de Contratação 13 ([0725845](#)) para autorização da elaboração de estudo técnico preliminar (ETP) e projeto básico (PB) da contratação pretendida foi encaminhada pela SEPAT à SAOFC. Pelo Despacho nº 1356/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0726280](#)) a solicitação recebeu autorização do secretário da SAOFC, que determinou o envio dos autos à unidade solicitante/ demandante (SEPAT) para a elaboração do ETP e PB.

03. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação, contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico, foi juntado aos autos no evento 0728005. Para a estimativa do valor da despesa a unidade utilizou-se da Pesquisa de Preços entre empresas do mercado local ([0727287](#)). Foram convidadas, por e-mail ([0727747](#) e [0729613](#)), várias empresas do ramo de atividade da contratação ([0728522](#), [0728523](#), [0728526](#), [0728531](#), [0728533](#), [0728633](#), [0729610](#), [0729613](#) e [0729681](#)).

04. Juntou-se aos autos a regularidade fiscal de 03 (três) empresas participantes do certame, são elas: UNIÃO COMERCIAL BARÃO LTDA ([0729681](#)), LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ([0729682](#)) e MAROK LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA ([0729683](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Registra-se que, após a pesquisa de preços, a proposta apresentada pela empresa LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 01.905.016/0001-06 sagrou-se vencedora, com o valor total dos serviços em R\$ R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), evento 0731181, para a locação de **08 (oito) containers mais serviços de mobilização e desmobilização**, pelo prazo de 3 meses, no valor unitário mensal de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por container referente aos serviços de mobilização e desmobilização. Restou comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa, conforme evento [0729682](#). A informação conclusiva do valor estimado da contratação foi juntada aos autos ([0731340](#)).

06. Recepcionado os autos na SAOFC, pelo Despacho nº 1462/2021- **PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC** ([0731769](#)), o secretário titular envia os autos, concomitantemente à COMAP, COFC, SECONT e ao final a AJDG.

07. A unidade demandante juntou o Projeto Básico nº 2/2021- **PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT** ([0732091](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da contratação, o valor estimado para a contratação, a aderência ao planejamento orçamentário, a forma de execução dos serviços, a forma de pagamento, as obrigações da contratante e do contratado, as sanções administrativas, a gestão e fiscalização do contrato.

08. A COMAP, unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico citado, atestando que o referido instrumento, complementado pela proposta da empresa, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 72/2021 ([0732246](#)).

09. A Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para suportar a despesa no presente exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0733009](#)).

10. Por fim, consta nos autos a minuta de Carta-Contrato ([0733203](#)) elaborada e juntada pela Seção de Contratos (SECONT).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0733211](#)). **É o necessário relato.**

II- ANÁLISE JURÍDICA

12. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

13. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

14. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

15. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 2 (0732091) e na pesquisa de preço realizada. Assim, no limite legal acima apresentado, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

16. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

17. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

18. No vertente caso, 03 (três) empresas com regularidade fiscal e trabalhista apresentaram propostas válidas, são elas:

• **UNIÃO COMERCIAL BARÃO LTDA** – CNPJ 24.013.278/0021-05, apresentou proposta do **valor unitário mensal de R\$ 800,00 (0728533)** e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0729681](#)).

• **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** - CNPJ nº 01.905.016/0001-06, apresentou proposta do **valor unitário mensal de R\$ 550,00 (0730081)** e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0729682](#)).

• **MAROK LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA** – CNPJ 39.575.804/0001-54, apresentou proposta do **valor unitário mensal de R\$ 1.500,00 (0729610)** e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0729683](#)).

19. Essa hipótese vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, **“faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”**. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971**

20. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ 01.905.016/0001-06, com a proposta no valor total de R\$ 17.600,00 e habilitação fiscal e trabalhista regulares, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

21. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta". O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

22. No caso ventilado, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0729682](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

23. Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ 01.905.016/0001-06, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

24. De outro lado, o PB nº 2/2021-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0732091](#)), complementado pela pesquisa de preços nº 01/2021 - SLC, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), motivo pelo qual pode ser apresentado à **autoridade competente para sua aprovação**.

25. Com relação à minuta de Carta-Contrato juntada ([0733203](#)), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

26. Contudo, esta AJDG, com precedente na Decisão TCU nº 1336/06-Plenário, entende desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor dos serviços, situar-se nos patamares da dispensa legal. Todavia, aconselhamos que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

III – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ 01.905.016/0001-06, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

28. Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta de Carta-Contrato ([0733203](#)).

29. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida de pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 01/09/2021, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, **Assessor Jurídico**, em 01/09/2021, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002674-54.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Patrimônio - SEPAT

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de CONTAINER MARÍTIMO para guarda de materiais permanentes sob responsabilidade da Seção de Patrimônio do TRE - RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 1172 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio – SEPAT ([0725843](#)), objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de CONTAINER MARÍTIMO montado, para utilização como depósito seco para guarda de materiais permanentes sob responsabilidade da Seção de Patrimônio do TRE - RO, com as seguintes especificações: área de ventilação (janela, claraboia), com dimensões mínimas de 6,00m x 2,30m x 2,50m (comprimento x largura x altura). Na locação inclui-se o serviço de mobilização e desmobilização.

A unidade demandante elaborou a Solicitação de Contratação 13 ([0725845](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0728005](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0731340](#)).

Para a estimativa do valor da despesa a unidade realizou Pesquisa de Preços entre empresas do mercado local ([0727287](#)). Foram convidadas, por e-mail ([0727747](#) e [0729613](#)) várias empresas do ramo de atividade da contratação ([0728522](#), [0728523](#), [0728526](#), [0728531](#), [0728533](#), [0728633](#), [0729610](#), [0729613](#) e [0729681](#)).

Juntou-se aos autos a regularidade fiscal de 03 (três) empresas participantes do certame, são elas: UNIÃO COMERCIAL BARÃO LTDA ([0729681](#)), LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ([0729682](#)) e MAROK LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA ([0729683](#)).

A proposta apresentada pela empresa LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 01.905.016/0001-06, na pesquisa de preços, sagrou-se vencedora, com o valor total dos serviços em R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), evento [0731181](#).

A unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 1/2021-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0731709](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da contratação, o valor estimado para a contratação, a aderência ao planejamento orçamentário, a forma de execução dos serviços, a forma de pagamento, as obrigações da contratante e do contratado, as sanções administrativas, a gestão e fiscalização do contrato, e encaminhou os autos à SAOFC ([0731769](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo, a SEPAT juntou novo Projeto Básico ao evento n. [0732091](#), comunicando as seguintes retificações: substituição das palavras "Pesquisa de Preço" por "Projeto Básico" no corpo do documento, bem como, ajuste do item 10.2.2 "Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho das obrigações", para "10.2.2 Entregar os materiais em até três dias úteis após a assinatura do contrato", a fim de elidir divergência com o Capítulo 9 do PB e a descrição do objeto, Capítulo 2, que mencionam que a instalação deverá ocorrer em até 03 (três) dias após a assinatura do contrato.

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à empresa Loc-Maq Locação de Máquinas e Equipamentos LTDA ([0732246](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para custear a despesa no presente exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0733009](#)).

A Seção de Contratos – SECONT juntou a minuta de Carta-contrato ([0733203](#)) e remeteu o feito à AJDG para análise ([0733211](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 128/2021 ([0733631](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, da empresa **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ 01.905.016/0001-06, e pela aprovação do Projeto Básico 2/2021 ([0732091](#)). Por fim, aprovou a minuta de Carta-contrato juntada no evento [0733203](#).

A SAOFC se manifestou pela aprovação do ETP ([0728005](#)) e do Projeto Básico ([0732091](#)); pela regularidade do preço estimado; autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação e contratação direta da empresa LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, com emissão da Nota de Empenho no valor de **17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais) e publicação da dispensa apenas no DJE ([0720730](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

No vertente caso, foram convidadas, por e-mail ([0727747](#) e [0729613](#)), várias empresas do ramo de atividade da contratação ([0728522](#), [0728523](#), [0728526](#), [0728531](#), [0728533](#), [0728633](#), [0729610](#), [0729613](#) e [0729681](#)), dentre as quais 03 (três) apresentaram propostas, todas com regularidade fiscal e trabalhista, restando-se cumprindo a exigência do TCU no que diz respeito a apresentação de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos.

No caso sob análise, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0729682](#), restando-se atendido os requisitos de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Some-se a isso haver justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista a necessidade de guarda de móveis deste Tribunal que se encontram provisoriamente guardados no Centro de Logística do TJ-RO, tendo em vista o deslocamento da Secretaria de Tecnologia da Informação (STIC) para o prédio Anexo II e a consequente ocupação do espaço antes pertencente aos depósitos da Seção de Patrimônio, conforme item 4 do Projeto Básico n. 2/2021 ([0732091](#)).

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** - CNPJ nº 01.905.016/0001-06 ([0731181](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidos para a aquisição em comento, com o valor total dos serviços em R\$ R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), evento 0731181, para a locação de **08 (oito) containers** mais **serviços de mobilização e desmobilização**, pelo prazo de 3 meses, no valor unitário mensal de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por container referente aos serviços de mobilização e desmobilização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ressalta-se, que, conforme já registrado, a empresa cotada apresenta sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0729682](#).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 - Aprovo o ETP juntado ao evento n. [0728005](#) e o Projeto Básico 2/2021-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0732091](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0731340](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 ([0683506](#) e [0683500](#)) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - Autorizo a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93; e

4 - Adjudico o objeto à empresa LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 01.905.016/0001-06, por ter apresentado a melhor proposta, e autorizo a **emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, no valor de **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), condicionada a sua regularidade fiscal; e

5. Determino a publicação da dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal, estipulado no art. 24, II da Lei 8.666/93.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/09/2021, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0734306** e o código CRC **D3C93E4C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002674-54.2021.6.22.8000